



ESTADO DO CEARÁ

**CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU**

Ofício Nº 13 /2014

Senador Pompeu, 13 de fevereiro de 2014.

**ANTONIO MARTINS DA SILVA JUNIOR**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Senador Pompeu, VEM, através deste, à presença de V. Exa., em cumprimento aos dispositivos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Instrução Normativa Nº 03/2000 desse Tribunal de Contas dos Municípios, REMETER, tempestivamente, o **Relatório de Gestão Fiscal - RGF, referente ao 2º (segundo) semestre do exercício financeiro de 2013**, de competência do Poder Legislativo Municipal.

Neste tocante, é importante salientar que o prefalado Relatório foi devidamente publicado através de afixação no Flanelógrafo da Câmara Municipal de Senador Pompeu e divulgado na Rede Mundial de Computadores – INTERNET, no dia 30/01/2014, através do endereço eletrônico: [www.camarasenadorpompeu.ce.gov.br](http://www.camarasenadorpompeu.ce.gov.br) e [www.conasp.com.br](http://www.conasp.com.br).

Sem mais para o momento, coloca-se à disposição para informações adicionais, aproveitando o ensejo para apresentar protestos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

**ANTONIO MARTINS DA SILVA JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal

AO EXMO. SR.  
DR. FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
ESTADO DO CEARÁ



ESTADO DO CEARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE Senador Pompeu, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e art. 55, caput e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 101/2000, VEM, através deste, tempestivamente, publicar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF, relativo ao 2º (segundo) semestre do exercício financeiro de 2013 no Flanelógrafo do Município de SENADOR POMPEU, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme Decisão proferida no Recurso Especial Nº 105.232 ( 96/0056484-5/Ceará) e por meio eletrônico através dos portais [www.camarasenadorpompeu.ce.gov.br](http://www.camarasenadorpompeu.ce.gov.br) e [www.conasp.com.br](http://www.conasp.com.br).

Senador Pompeu, 30 de janeiro de 2014.

ANTONIO MARTINS DA SILVA JUNIOR  
Presidente da Câmara

RGF ANEXO 1 (LRF,art.55,inciso I,alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.139.778,68	33.607,39
Pessoal ativo	1.139.778,68	33.607,39
Pessoal inativo e pensionista	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de tercerização (Par.1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPUTADAS (parag. 1o. do art. 19 da LRF) (II)	10.635,19	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração	10.635,19	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.129.143,49	33.607,39
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	1.162.750,88	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	38.200.289,59	
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,04%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III do art. 20 da LRF ) - <%>	6,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	5,70%	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	48,60%	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

*Ushub*  
**MARIA DAS DORES V. CAVALCANTE**  
 RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

*Antonio Martins da S. Júnior*  
**Antonio Martins da S. Júnior**  
 Presidente da Câmara  
 Municipal de Sen. Pompeu

Ceará  
Governo Municipal de Senador Pompeu  
Câmara Municipal de Senador Pompeu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2013 (até Dezembro)

CONASP  
Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

Destinação dos recursos	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Obrigações financeiras (b)	Disponibilidade de caixa líquida (c)=(a-b)
Área da Educação	0,00	0,00	0,00
Área da Saúde	0,00	0,00	0,00
Total de recursos vinculados (I)	0,00	0,00	0,00
Demais áreas	17.022,83	54.789,32	-37.766,49
Total de recursos não vinculados (II)	17.022,83	54.789,32	-37.766,49
Total (III)= (I+II)	17.022,83	54.789,32	-37.766,49
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

NOTA: A disponibilidade do RPPS está comprometida com o passivo atuarial

*W. Cavalcante*  
MARIA DAS DORES V. CAVALCANTE  
RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

Antonio Martins da S. Júnior  
Presidente da Câmara  
Municipal de Sen. Pompeu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 2º semestre de 2013 (até Dezembro)

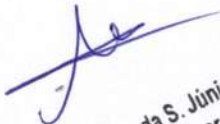
RGF - ANEXO 6 (LRF, Art 55, inciso III, ALÍNEA 'b')

R\$ 1,00

Destinação dos recursos	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	LIQUIDADOS E NÃO PAGOS (PROCESSADOS)		EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS (NÃO PROCESSADOS)		DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO ATUAL	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO ATUAL		
Área da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de recursos vinculados (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Demais áreas	810,80	40.565,11	0,00	50.492,66	-37.766,49	0,00
<b>Total de recursos não vinculados (II)</b>	<b>810,80</b>	<b>40.565,11</b>	<b>0,00</b>	<b>50.492,66</b>	<b>-37.766,49</b>	<b>0,00</b>
<b>Total (III)= (I+II)</b>	<b>810,80</b>	<b>40.565,11</b>	<b>0,00</b>	<b>50.492,66</b>	<b>-37.766,49</b>	<b>0,00</b>
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA: A disponibilidade do RPPS está comprometida com o passivo atuarial

  
**MARIA DAS DORES V. CAVALCANTE**  
 RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

  
**Antonio Martins da S. Júnior**  
 Presidente da Câmara  
 Municipal de Sen. Pompeu

Anexo 7 - LRF , Art. 48,

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.162.750,88	3,04%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.292.017,38	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.177.416,51	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00%
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
RESTOS A PAGAR	VALOR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	50.492,66	-37.766,49

*W. Cavalcante*  
 MARIA DAS DORES V. CAVALCANTE  
 RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

Antonio Martins da S. Júnior  
 Presidente da Câmara  
 Municipal de Sen. Pompeu